

REGIONALIZAÇÃO, VOCAÇÃO REGIONAL E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: UMA DISCUSSÃO ACERCA DO TERRITÓRIO

Jamile Delagnelo Fagundes da Silva
Universidade Regional de Blumenau (FURB)

Cristiane Sbardelati
Universidade Regional de Blumenau (FURB)

Resumo

Os processos de desenvolvimento regional refletem um sistema de relações sociais e conflitos que consolida ordens econômicas e políticas consagradas e reproduzidas tanto pelo Estado como pela população local, abarcados numa suposta “vocação regional” naturalizada. E não podemos desconsiderar que estes processos se desenvolvem numa lógica compreendida na atual fase da expansão capitalista no globo, o processo de globalização. Em Santa Catarina estas operações de regionalização são diversas, mas o que é delimitado para compor a análise deste trabalho é o que se refere mais especificamente a regionalização econômica do oeste catarinense, que é conhecida e reconhecida por ser um lugar onde se tem “vocação” para produzir aves e suínos. A suposta “vocação regional” vem se justificando a medida que nas relações sociais e até mesmo nas relações políticas concebem uma determinada característica econômica natural ao território. Conseqüentemente neste contexto se configura socialmente a questão do trabalho, bem como a formação necessária para exercê-lo. Diante do exposto, neste artigo objetiva-se analisar a relação entre os processos de regionalização no contexto da globalização, a “vocação regional” e oferta da educação profissional pública na microrregião de Concórdia /SC. Consta-se que a oferta de cursos segue a lógica da naturalização da vocação regional, desconsiderando as potencialidades do território e os sujeitos que ali vivem, como se todos os jovens daquela região tivessem interesse em atuar no ramo de criação e produção de carne.

Palavras-chave: Território. Vocação Regional. Educação Profissional. Globalização.

INTRODUÇÃO

Os processos de desenvolvimento regional refletem um sistema de relações sociais e conflitos que consolida ordens econômicas e políticas consagradas e reproduzidas tanto pelo Estado como pela população local. Insta frisar que, embora os territórios carregam características imputadas e produtos de relações históricas e conflitivas, tendem a aparecer auto evidentes como algo “naturalmente dado” e, assim são incorporadas subjetivamente como “vocação”.

A suposta “vocação regional” faz referência a alguma suposta tendência intrínseca de uma determinada região. A “vocação” geralmente aparece atrelada a um potencial inevitável para

uma ou outra atividade por ser determinada por características dadas, naturais e até mesmo culturais de um território (FLORIT et al, 2014, p.11).

Tais processos de desenvolvimento abarcados numa suposta “vocação regional” acabam por se constituírem em padrões econ micos e político-culturais reunindo arranjos econ micos com referências a valores de ordem sociocultural apoiados em critérios normativos e simbólicos (FLORIT et al, 2014, p. 6). Com isso, o padrão de produ o se apoia justamente nessa referência de uma suposta “voca o” inerente ao seu território.

As opera es regionais são fundamentais nesse processo de desenvolvimento regional. Segundo Bourdieu (2004), as opera es regionais constituem atos de nomea o que são realizadas por agentes de planejamento tanto estatais como não estatais. Embora sejam o resultado de processos históricos, sociais-econ micos e culturais estes territórios são habitualmente vistos como algo dado. Assim,   nesse processo que a opera o da nomea o cria fronteiras, ou seja, a região ganha contornos de concretude. E, o que era apenas uma constru o mental dos planejadores passa a ser compreendido como uma constru o real com uma existência basicamente intrínseca ao território.

Estas opera es têm sido cruciais ao processo de desenvolvimento regional do estado de Santa Catarina que na medida são apropriadas ou incorporadas pelos agentes que através de suas práticas fazem o território.

Nas palavras de Florit et al:

As regionaliza es constituem um modo peculiar de exercício de poder simbólico apontando fronteiras que separam espaços geográficos a partir de pontos de vista que são funcionais a agentes com posicionamentos específicos no espaço social. Estas opera es constituem práticas de territorializa o que são tanto mais eficazes quanto mais convincente for a sele o de referências geográficas materiais e culturais que lhe d o sustentac o empírica, e maior for o recrutamento de interesses e identidades que se veem contemplados nessa defini o (FLORIT et al, 2014, p. 7).

No Estado de Santa Catarina estas opera es de regionaliza o são diversas, mas o que   delimitado para compor a análise deste trabalho   o que se refere mais especificamente a regionaliza o econômica do oeste catarinense. Esta mesorregião   conhecida e reconhecida por ser um lugar onde se produz aves e suínos, ou seja,   neste território que existe uma suposta “voca o” para cria o e produ o de carne.

A divisão do estado catarinense em polos econ micos resultam de processos de transforma o que consagram “regiões” a partir de suas supostas “voca es”. A

mesorregião oeste catarinense é delineada segundo um predomínio de uma atividade em detrimento de outra, no caso a atividade que se sobressai é a atividade de produção de carne suína e aviária. É como se a região herdasse as competências para se desenvolver dentro do que é considerado como sua “vocação”. Essa suposta “vocação” se apoia em grande medida nas características “naturais, históricas, culturais” da região. E dessa forma camufla outras possibilidades e competências ativas ou potenciais do território (SBARDELATI, 2015, p. 42).

Conseqüentemente e neste contexto de naturalização da vocação, que se configuram territorialmente e socialmente a questão do trabalho. O trabalho na sociedade capitalista é algo obrigatório para o homem que, por meio da venda da sua força de trabalho, tenta garantir sua subsistência. É neste cenário que vão surgir as duas classes fundamentais: a que detém o poder econômico, os meios de produção, e a que não dispõe de outra maneira para sobreviver a não ser vendendo sua força de trabalho, ou seja, os trabalhadores. Segundo Marx (1989, p. 831), o que produz um assalariado é um capitalista tem suas raízes na sujeição do trabalhador, sendo que este processo “constitui uma metamorfose dessa sujeição, na transformação da exploração feudal em exploração capitalista”.

Quanto a formação para este trabalho, historicamente ela efetivou-se na dinâmica da vida social e comunitária concomitantemente com a própria atividade do trabalho. De acordo com Manfredi (2002, p. 53): “esse processo de aprendizagem informal, que abrangia o domínio dos métodos, técnicas e rotinas das tarefas dos diferentes ofícios, constituiu, durante séculos, a única escola de que homens e mulheres, jovens e adultos das classes populares dispunham”. Entretanto, a expansão do capitalismo industrial faz surgir a necessidade de universalização da escola como agência social de preparação para inserção do mundo do trabalho.

No Brasil, a questão da vinculação da escola com a qualificação para o trabalho é um dos princípios fundamentais presentes na Constituição e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9394/96, sendo que nesta última se tem uma modalidade que trata especificamente desta questão: a Educação Profissional. A Educação Profissional no Brasil se integra aos diferentes níveis e modalidades de educação, que abrangem desde a formação inicial e continuada a qualificação, técnica de nível médio e tecnológica de graduação e pós-graduação.

Vale lembrar que historicamente a Educação Brasileira se constituiu pelo dualismo estrutural oferecendo formação diferenciada aos estudantes com condições de continuar

seus estudos, daqueles que ingressam no mercado de trabalho, não necessária ou exclusivamente, para garantir sua subsistência e de suas famílias como também para garantir a vivência de sua sociabilidade juvenil. Daí a oferta de ensino propedêutico ou formação geral para os primeiros e formação/educação profissional para a maioria da população que busca qualificação para alcançar o ingresso imediato no mercado de trabalho.

Atualmente, não podemos desconsiderar que vivemos numa sociedade cheia de conflitos provenientes da expansão capitalista e, para compreender este processo de globalização recorreremos as ideias de Milton Santos (2001) que traz uma visão diferenciada. Para o autor, a globalização é vista como perversidade, como abandono social de tudo em nome de um projeto que é a reprodução do capital.

Num primeiro momento Santos (2011) nos apresenta a questão da globalização como fábula, sendo esta imposta principalmente pela mídia que, enfatiza em todos os espaços, que vivemos em um planeta amplo que podemos explorar, consumir de acordo com as necessidades que criamos, ou melhor, que alguns criam para todos. O padrão cultural nos envolve de tal forma que somos atraídos pelas mesmas coisas, mesmos costumes, ou seja, pessoas disfrutam de uma mesma rede que nós conhecemos como internet que fez com que nós ficamos presos numa gigante aldeia global, sem ter pra onde ir, mas felizes por termos o mundo na nossa casa. Deste modo, somos envoltos pelo capitalismo e nem percebemos, graças à globalização como fábula.

Em seguida, Santos (2011) nos apresenta a globalização como uma fábrica de perversidades, como a fome, desabrigo, AIDS, mortalidade infantil, analfabetismo, enfim gravíssimos problemas sociais, que na sociedade globalizada que vivemos nunca vão ter solução. Para o autor, na sociedade globalizada em que vivemos, a perversidade está na raiz da evolução negativa da humanidade sendo que estes processos têm ligação direta com a globalização.

Por fim, o autor nos apresenta uma outra globalização, uma nova globalização capaz de construir um outro mundo, uma globalização que volte seus olhares a esses problemas sociais, uma globalização que se engaje sistematicamente a todas as pessoas, um processo mais humano. Uma globalização que nem sempre considere somente os interesses do capital internacional, mas que sirva também a outros interesses sociais e políticos e não apenas econômicos.

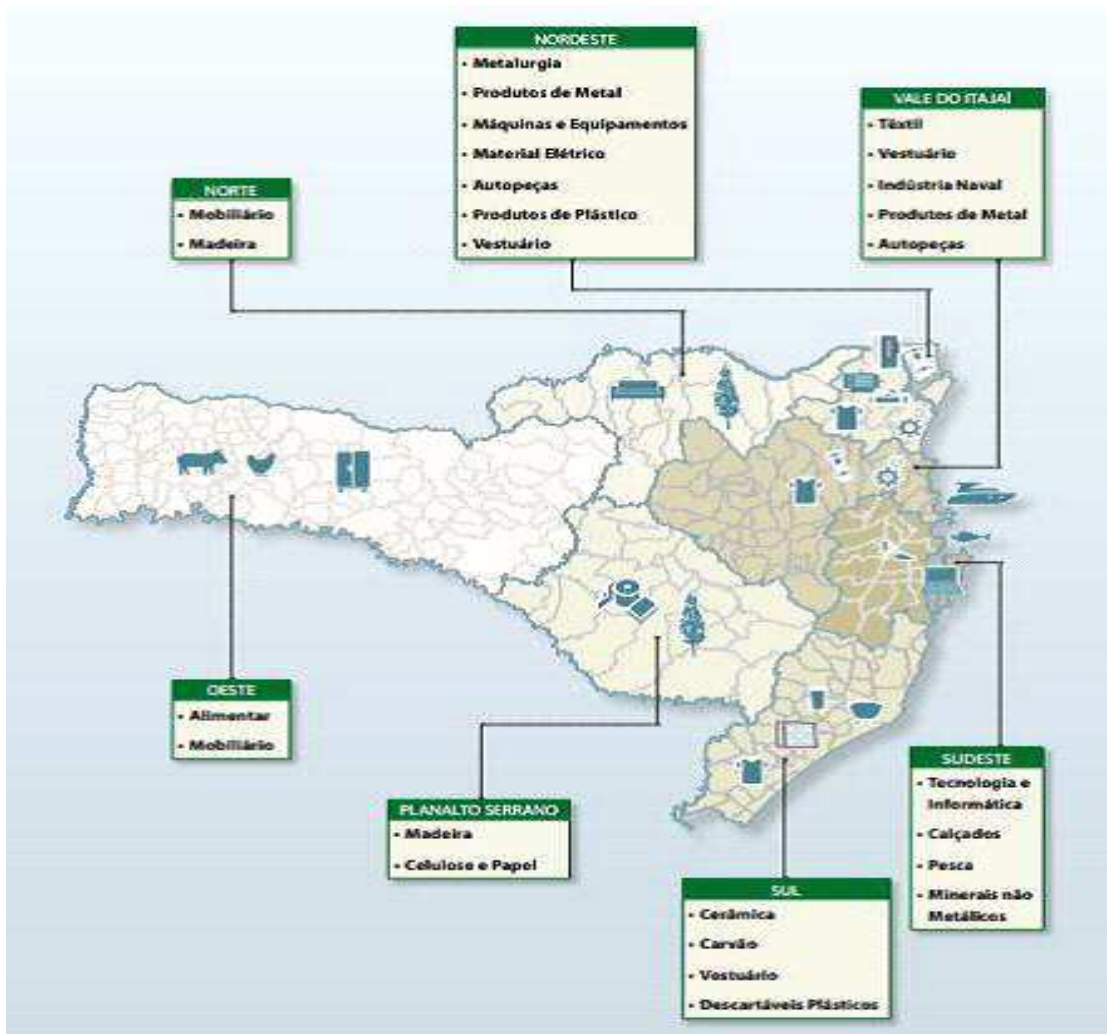
Em síntese, Santos (2011, p. 18) afirma que:

De fato, se desejamos escapar à crença de que esse mundo assim apresentado é verdadeiro, e não queremos admitir a permanência de sua percepção enganosa, devemos considerar a existência de pelo menos três mundos num só. O primeiro seria o mundo tal como nos fazem vê-lo: a globalização como fábula; o segundo seria o mundo tal como ele é: a globalização como perversidade; e o terceiro o mundo como ele pode ser: uma outra globalização.

Considerando as questões apresentadas neste artigo lançamos nosso olhar para oferta da Educação profissional na mesorregião do oeste catarinense, em especial a microrregião de Concórdia. Partimos da análise dos cursos ofertados pelo sistema público de educação, a fim de investigar sua relação com o território e a suposta “vocação regional” atrelada ao processo de globalização. Realizamos este recorte, pois é natural que os cursos ofertados pelas instituições privadas e pelo Sistema Nacional de Aprendizagem da Indústria (SENAI), atenda a lógica do mercado. Assim, o principal objetivo é analisar a relação entre os processos de regionalização no contexto da globalização, a “vocação regional” e oferta da educação profissional pública nesta microrregião.

O território marcado para a atividade agroindustrial: uma leitura através da suposta vocação regional do oeste catarinense em tempos globais.

Como já foi mencionado no texto acima, a mesorregião oeste catarinense é caracterizada por se tratar de uma região com suposta “vocação” para a criação e a produção de carne de ave e suína. Este território é reconhecido como uma região de atividade econômica atrelada ao ramo agroindustrial da carne. Na figura abaixo, pode-se visualizar a divisão territorial do estado catarinense a partir das classificações econômicas por polos econômicos. O oeste do referido Estado é classificado como uma região de porcos, aves e móveis. Ou seja, a produção econômica gira em torno de criação e produção de porcos e aves do ramo alimentício e da produção moveleira.



Fonte: FIESC, 2014, p. 12.

Isso nos mostra como o território oeste do Estado de Santa Catarina é reconhecido e conhecido como uma região que está intimamente ligada a produção de carne alimentícia. Essa suposta “vocalização regional” tem implicações e reflexos na maneira de organizar a vida social, especialmente questões ligadas ao mundo do trabalho e o ser profissional daquele povo (SBARDELATI, 2015). É como se a região oeste catarinense carrega aptidões naturais na criação de porco e ave. Assim, as pessoas se veem na condição de perpetuar a “naturalidade” do território que é criar e produzir suínos e aves.

As operações de regionalização do oeste catarinense são cruciais para o modelo padrão de desenvolvimento do território local. Tanto o Estado como o setor privado através da indústria se apoiam em discursos e em manifestações culturais, que fazem valer e reconhecer o território como uma região com vocação para a atividade agroindustrial da

carne. Nesse sentido, a cultura do trabalho produzida no seio das relações sociais entre a subjetividade e a objetividade da vida social faz ver e valer o sentido do oeste catarinense ligado a criação e a produção de carne suína e aviária.

Aliado a esse modo de ver e reconhecer a região com vocação para a atividade agroindustrial, a valoração ao trabalho é condição prévia para o desenvolvimento do padrão produtivo de produção da carne. A agroindústria da carne do oeste catarinense aproveita muito bem essa cultura do trabalho ligada a suposta “vocação” para seu crescimento econômico próprio.

Cabe ressaltar, que essa cultura do trabalho voltada para tradições de criação e produção de carne suína e aviária também é naturalizada pelos próprios trabalhadores. De um lado, tem-se a indústria que capta a força de trabalho destes trabalhadores para proveito próprio, e de outro lado tem-se a aceitação de um sentido coletivo de como fazer o trabalho ligado à atividade agroindustrial. Tal sentido coletivo vai ao encontro da valorização ao trabalho que lida com animais, quer seja da criação até a produção industrial da carne de suínos e de aves.

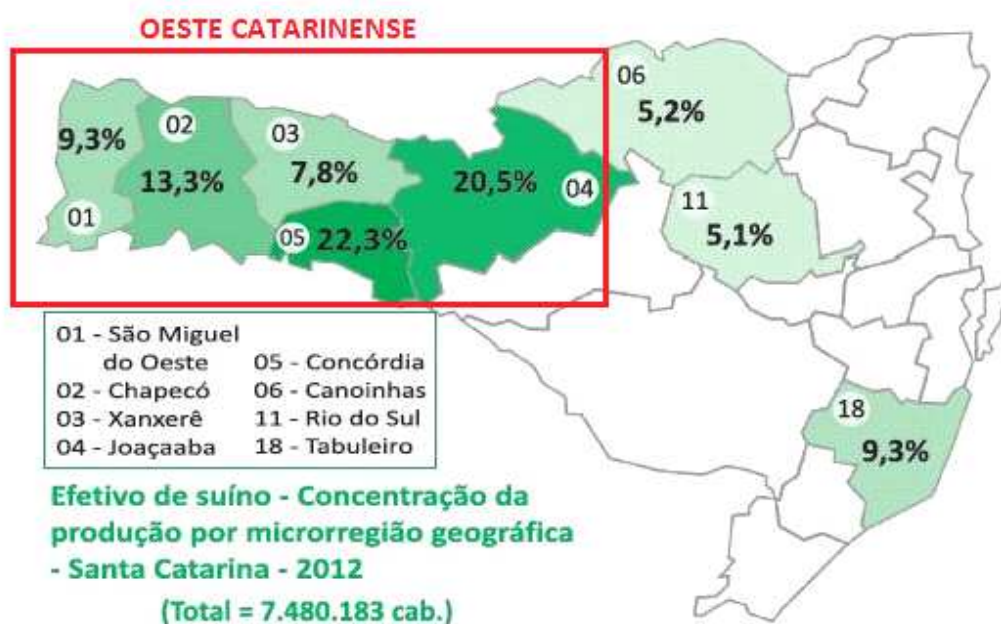
Contudo, tal reconhecimento de uma naturalidade voltada para a produção de carne aviária e suína não faz referência a um contexto histórico, social e econômico de lutas e conflitos ao longo da constituição deste território. A construção da região se dá por elementos de lutas e conflitos de relações sociais em que a suposta “vocação” acaba por tratar como sendo algo nato deste território sem levar em consideração tais elementos. Ademais, um forte elemento de justificativa deste modelo padrão de produção utilizado pela agroindústria da carne na região tem-se pautado no sucesso econômico. A contribuição da produção de carne do estado catarinense, em especial na mesorregião oeste eleva a posição do Brasil nos rankings mundiais. E isto realmente é visto como algo positivo tanto a nível nacional quanto a nível regional.

No ano de 2014, o Brasil ocupou a quarta posição mundial no que se refere a produção de carne suína alcançando o número de 3.400 milhões de toneladas. Na exportação o Brasil também ocupou a quarta posição mundial chegando a exportar 675 mil toneladas de carne suína (EPAGRI/CEPA, 2014, p. 134).

Em relação a produção de frango o Brasil esteve na terceira posição no ano de 2014 com 12.678 milhões de toneladas produzidas. Na exportação de carne de frango o Brasil segue como líder mundial e responde por cerca de 33,5% das exportações mundiais (EPAGRI/CEPA, 2014, p. 126).

O oeste catarinense tem uma participação realmente expressiva para compor esses números brasileiros. Isto é visível no que se refere a distribuição do rebanho brasileiro por mesorregião. Segundo dados da Epagri/Cepa (2014, p. 136) nos mostra que as maiores concentrações destas 38,8 milhões de cabeças do rebanho suíno de 2012 estão na mesorregiões Oeste Catarinense (14,1%), Noroeste Rio-Grandense (9%), Oeste Paranaense (6,7%), Triângulo Mineiro-Alto Paranaíba (5,1%), Sul Goiano (3,5%), Norte Mato-Grossense (3,4%) e Zona da Mata, MG (2,8%).

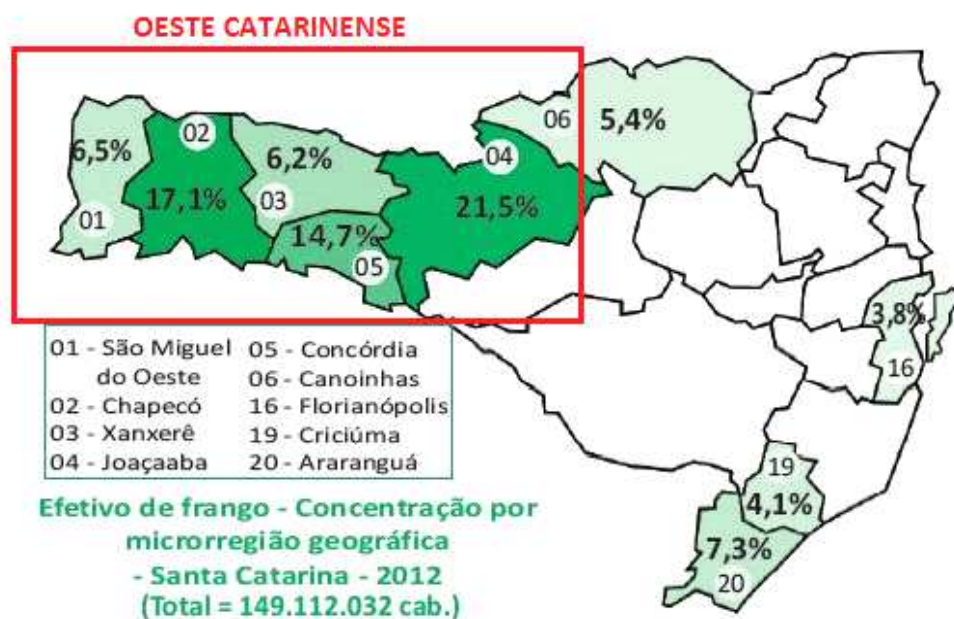
Santa Catarina apresentou uma concentração de 7.480.183 milhões de cabeças de suíno no mesmo ano. Podemos visualizar na imagem abaixo, a concentração por microrregião geográfica e o seu percentual em relação a produção estatal.



Fonte: adaptado de Epagri/Cepa, 2014, p. 133.

Ao somar os percentuais das microrregiões pertencentes a mesorregião oeste catarinense chega-se ao percentual de 73,2%. Ou seja, o oeste catarinense apresenta 73,2% de uma concentração do rebanho efetivo de suíno do Estado de Santa Catarina. Já a distribuição do rebanho de frango de corte brasileiro no ano de 2012 fechou com 3,07 bilhões de cabeças concentradas nas microrregiões de Alto Teles Pires (MT), Sudoeste de Goiás (GO), Pará de Minas (MG), Tatuí (SP), Toledo (PR), Chapecó e Joaçaba (SC) e Lajeado Estrela (RS) (EPAGRI/CEPA, 2014, p. 127).

Santa Catarina apresentou uma concentração de 149.112.032 milhões de cabeças de frango de corte no mesmo ano. Podemos visualizar na imagem abaixo, a concentração por microrregião geográfica e o seu percentual referente a produção estatal.



Fonte: adaptado de Epagri/Cepa, 2014, p. 125.

Ao somar os percentuais das microrregiões pertencentes a mesorregião oeste catarinense chega-se ao percentual de 66%. Ou seja, o oeste catarinense apresenta 66% de uma concentração do rebanho efetivo de frango do Estado de Santa Catarina.

Muitas das agroindústrias localizadas na região oeste catarinense tendem a apresentar uma relação próxima com o desenvolvimento econômico de muitos municípios, visto que fundaram suas instalações praticamente quando o município se emancipou política e administrativamente. Estas indústrias representam um peso economicamente favorável ao município, pois além de gerarem um número expressivo de empregos também apresentam um percentual expressivo de participação no PIB local.

Na tabela abaixo podemos visualizar a representatividade dos vínculos empregatícios no Grupo 101: Abate e Fabricação de Produtos de Carne no estado de Santa Catarina, na microrregião de Concórdia e no município de Concórdia.

UF/ Microrregião/ Município	Total de Empregos no Grupo 101	Total de Empregos Geral	Representatividade %
Santa Catarina	55.143	1.504.114	3,7%
Microrregião de Concórdia*	10.533	42.357	24,87
Concórdia	5.594	21.341	26,2 %

Fonte: Elaborado com base nos dados do Sebrae, 2013 e Grava, 2013, p. 55. * Esses dados se referem ao ano de 2010.

Os dados apontam que existe tanto na microrregião de Concórdia como no município de Concórdia um percentual expressivo de trabalhadores ligados diretamente na atividade de abate e fabricação de produtos de carnes. Isso sem considerar o número de agricultores integrados do município e do entorno da planta agroindustrial, o que elevaria a representatividade do número de trabalhadores ligados a atividade agroindustrial de produção de carne.

Ao olharmos para o município de Concórdia encontramos dezenove indústrias pertencentes ao Grupo 101, sendo que apenas uma única indústria emprega 5.530 mil funcionários (SEBRAE, 2013, p. 46). E apesar da justificativa econômica positiva da presença da agroindústria no território, por outro lado, isso reflete numa concentração de um padrão específico de estruturação do território, com um mercado de trabalho industrial oligopsônico.

Para almejar e alcançar índices de produtividade para alimentar o mercado consumidor interno e externo muitas indústrias aderem a exigências globais de produção para alinhar sua realidade produtiva. Exigências no manejo e produção de carne, bem-estar animal na produção, padrões sanitários, entre outras normas que atendem o mercado consumidor global são reflexos do processo de globalização. Nesse sentido, esse movimento acaba refletindo numa procura de uma mão-de-obra especializada e qualificada para atender as exigências e aumentar a produtividade por parte da indústria. E que segundo Espíndola (1999) a qualificação de mão-de-obra melhora diretamente o rendimento do trabalho, ou seja, é interessante para a indústria incentivar e capturar essas forças de trabalho.

As repercussões da suposta vocação regional na educação profissional: uma reflexão a partir da oferta de cursos do Instituto Federal Catarinense de Concórdia.

Este processo de naturalização que pode ser observado no oeste catarinense em relação a vocação para a produção de carne aviária e suína tem impactos diretos na oferta da Educação Profissional nesta região. De acordo com Mészáros (2008) numa sociedade capitalista

[...] a educação institucionalizada, especialmente nos últimos cento e cinquenta anos, serviu – no seu todo – o propósito de não só fornecer os conhecimentos e o pessoal necessário à maquinaria produtiva em expansão do sistema capitalista mas também o de gerar e transmitir um quadro de valores que legitima os interesses dominantes, como se não pudesse haver nenhum tipo de alternativa à gestão da sociedade ou na forma "internacionalizada" (i.e. aceite pelos indivíduos "educados" devidamente) ou num ambiente de dominação estrutural hierárquica e de subordinação reforçada implacavelmente. (MÉSZAROS, 2008, p. 35).

Neste contexto, a educação institucionalizada ofertada pelos sistemas de ensino e legitimada pelo diploma, está cada vez mais ajustada ao sistema econômico de uma determinada região. Tudo isso é reflexo da educação capitalista pelo qual os sujeitos são “diariamente e por toda a parte embebidos nos valores da sociedade de mercadorias, como algo lógico e natural.” (MESZAROS, 2008, p. 82).

Neste contexto, lançamos nosso olhar para cursos de educação profissional ofertados na microrregião de Concórdia, porém nesta análise vamos considerar apenas a oferta da educação pública, pois é natural que a oferta de cursos das instituições privadas e do sistema S atendam a lógica do capital.

A microrregião de Concórdia pertence a mesorregião Oeste Catarinense. A microrregião de Concórdia é composta pelos municípios de Alto Bela Vista, Arabutã, Arvoredo, Concórdia, Ipira, Ipumirim, Irani, Itã, Lindóia do Sul, Paial, Peritiba, Piratuba, Presidente Castelo Branco, Seara e Xavantina.



Fonte: www.pt.wikipedia.org.

Nesta microrregião identificamos a presença de uma instituição pública de Educação Profissional: O Instituto Federal Catarinense-Câmpus Concórdia. A instituição está localizada em Concórdia, no Oeste de Santa Catarina, entre o bairro Fragosos e o distrito de Santo Antônio, no quilômetro 08 da rodovia SC 283 e iniciou suas atividades pedagógicas em março de 1965, como Ginásio Agrícola, tendo seu funcionamento autorizado pelo Decreto nº 60.731, de 19 de maio de 1967. Formou a primeira turma em 1968. Elevou-se de Ginásio Agrícola para Colégio Agrícola em 12 de maio de 1972, através do Decreto nº 70.513. Posteriormente, pelo Decreto nº 83.935, de 4 de outubro de 1979, passou a denominar-se Escola Agrotécnica Federal de Concórdia. Foi transformada em Autarquia Federal pela Lei nº 8.731 de 16 de novembro de 1993, vinculada ao Ministério da Educação, nos termos do artigo 2º do anexo I, Decreto nº 2.147 de 14 de fevereiro de 1997, adquirindo autonomia didática, disciplinar, administrativa, patrimonial e financeira. Por fim, através da Lei 11.892/2008, a Escola Agrotécnica Federal de Concórdia passou a integrar o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense, denominando-se Câmpus Concórdia (PDI, 2014).

Neste câmpus são ofertados educação de nível básico, técnico e superior em diferentes modalidades e áreas do conhecimento. O câmpus ministra os seguintes cursos:

Nível de Ensino	Curso Ofertado
Médio	Técnico em Alimentos
Médio	Técnico em Agropecuária
Médio	Técnico em Informática para Internet
Superior	Medicina Veterinária
Superior	Engenharia de Alimentos
Superior	Agronomia
Superior	Licenciatura em Física
Superior	Licenciatura em Matemática

Fonte: https://www.ifc-oncordia.edu.br/index.php?option=com_content&view=article&id=56&Itemid=71

O que se observa é que os cursos ofertados também desconsideram as potencialidades do território e os sujeitos que ali vivem, segue a lógica da naturalização da vocação regional, como se todos os jovens daquela região tivessem interesse em atuar no ramo de criação e produção de carne. Isto torna-se muito mais complexo quando constatamos que esta oferta está sendo realizada por uma instituição de educação pública. De acordo com Gorz, a utilização do conhecimento científico-tecnológico na produção capitalista torna-se o motor da criação efetiva da riqueza, sendo a escola um importante instrumento de hierarquização social na formação dos sujeitos envolvidos neste processo. A escola técnica, segundo o autor, deve conseguir que seus alunos sejam condescendentes para com os operários e respeitosos para com os superiores, trata-se de uma manobra metódica para dividir a classe operária em camadas bem distintas (GORZ, 1996).

Observamos que historicamente a Educação Profissional foi pensada como possibilidade apenas para atender o mercado de trabalho, baseada na politecnia com o objetivo voltado para produzir um determinado padrão de sujeito que deverá desenvolver determinada função neste mercado. Neste processo, outro fator que é importante destacar que, especialmente no Brasil, os formadores foram e ainda são em sua maioria, instrutores, técnicos ou engenheiros, pois não se tem uma política efetiva de formação de docentes para a educação profissional. Esta questão merece atenção, pois a compreensão do trabalho, por parte da grande parte destes formadores/educadores, como uma atividade ao qual o homem recorre para sobreviver, sem a percepção que o trabalho é um processo que permeia todo o ser humano e constitui sua especificidade, reduz a perspectiva destes educadores da relação da educação com o mundo do trabalho à qualificação de profissionais capazes de atuarem de acordo com as necessidades capitalistas, ou seja, é o sistema, através da educação pública, se reproduzindo por meio deste instrumento: educação profissional.

O que questionamos é até que ponto esta educação profissional leva em conta os interesses dos sujeitos envolvidos e os conflitos vivenciados naquele território? Ou,

poderíamos dizer que a oferta destes cursos é um processo natural, uma vez que a criação de um sistema de ensino que contribua para o desenvolvimento pleno do homem nunca seria possível porque a escola está sempre reproduzindo a lógica do capital? Seria necessário mudanças econômicas e sociais para a implementação desta educação? Ou, seria necessário um sistema de ensino para que estas mudanças econômicas e sociais ocorram?

Nesta perspectiva, acreditamos que é nesta relação dialética que as políticas públicas, especialmente aquelas voltadas para o ensino técnico de nível médio, foram e são criadas e implementadas. Dessa concepção emergiram/emergem as dicotomias existentes no processo formativo dos jovens brasileiros de acordo com a classe social a que pertencem, reproduzindo o contexto de injustiça social ao qual são ou estão submissos desde a implantação da escolarização da sociedade brasileira, desconsiderando o seu lugar no território.

Romper com esta lógica da vocação regional e da naturalização dos processos é o desafio! O que se pretende é compreender as particularidades do território, dos sujeitos que ali vivem, compreender estes processos contraditórios a fim de que se possa pensar numa proposta de educação profissional que consiga articular a universalização da oferta e a garantia de permanência aliada as novas abordagens educativas emergentes dos movimentos dos sujeitos deste território, que não só preparem para o mundo do trabalho, mas que possibilitem uma educação emancipatória, capaz de atender toda a diversidade relacional da nossa sociedade, de gênero, etnia, geracional, diferenças físicas e mentais, enfim a construção de políticas educacionais inclusivas.

Considerações Finais

Este artigo objetivou analisar a relação entre os processos de regionalização no contexto da globalização, a "vocação regional" e oferta da educação profissional pública na microrregião de Concórdia. Num primeiro momento foram apresentadas algumas considerações acerca dos processos de regionalização e de globalização para posteriormente realizar uma leitura do território através do processo de naturalização de uma "vocação regional" para a atividade de criação e produção de carne.

Existe uma forte tendência no uso do território analisado de movimentos globais de produção da carne suína e aviária. Os dados apresentados apontam para produção significativa e uma participação expressiva da agroindústria da carne no mercado mundial.

Aliado a isto, encontramos também a naturalização dada pelos agentes e pelo Estado de um território vinculado a uma “vocação” da atividade de produção e criação de carne desconsiderando as relações históricas-sociais conflitivas ao longo do tempo na construção social e cultural daquela região.

E no movimento de produção em escala global acontece mudanças significativas nas concepções e nas relações do mundo do trabalho. Se antes um trabalhador com menor ou sem grau de instrução de escolaridade “servia” a indústria, em momentos de globalização com aparato tecnológico a busca é cada vez maior por uma mão-de-obra especializada e qualificada para atender as necessidades da indústria no processo de globalização.

Observa-se que o conceito da globalização enquanto fábula, proposto por Milton Santos, tem impactos significativos da oferta da educação profissional pública nesta microrregião, um exemplo disto é o papel da mídia no que diz respeito a questão da formação do trabalhador o que, conseqüentemente faz com que a questão do Trabalho tem aparecido frequentemente nos discursos educacionais oficiais, porém de forma muitas vezes descontextualizadas. É comum ouvirmos expressões na mídia que desdobram destes discursos como as que seguem: “a escola deve atender às demandas do mercado de trabalho”, “a escola precisa adequar-se às necessidades do mercado de trabalho”, “o currículo da escola deve adequar-se aquilo que a empresa necessita”, etc. Porém, estas expressões não levam em conta o território, as características, em especial, do mercado capitalista e a escola como espaço de mediação, e não somente como instituição subordinada ao mercado de trabalho.

Ainda, neste cenário o que se percebe é que se de um lado estes discursos exaltam a importância do trabalho na formação educacional, por outro lado, em especial nas escolas, não tem sido discutido seu real significado. Porém, acreditamos que a relação entre Educação e Trabalho é muito mais complexa, pois a educação não se resume ao processo de escolarização. Nos tempos globais em que vivemos se torna ainda mais indispensável pensar as questões do trabalho e educação atreladas aos processos de regionalização, ao território e aos sujeitos que ali vivem, pois caso contrário entraremos na perversidade da globalização.

Na medida em que compreendemos os sujeitos que frequentam a educação profissional, em sua maioria os jovens, nos possibilita construir uma educação profissional *com* os jovens e não *para* os jovens. Neste sentido, a educação estaria fundamentada na teoria dialógica da ação proposta por Paulo Freire. De acordo com o autor,

[...] enquanto na teoria da ação antidialógica a conquista, como sua primeira característica, implica um sujeito que, conquistando o outro, o transforma

em quase “coisa”, na teoria dialógica da ação, os sujeitos se encontram para a transformação do mundo em co-laboração (FREIRE, 2005, p. 191).

Assim, acreditamos que o desafio da Educação Profissional nos tempos globais em que vivemos consiste em compreendermos principalmente, que na relação educação, trabalho e sociedade, somos proprietários do nosso trabalho e este nos constitui. De acordo com Freire (2005), a educação deve levar os sujeitos a pensarem e transformarem a sociedade a fim de serem “proprietários e não vendedores do seu trabalho” porque “toda compra ou venda do trabalho é uma espécie de escravidão”. Neste sentido, pensamos que uma das possibilidades, mesmo que ainda muito incipiente, seria concebermos as propostas de educação profissional numa perspectiva de formação humana integral, que vai além do ensino da técnica.

REFERÊNCIAS

BOURDIE, Pierre. **A Escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura**. In: BOURDIEU, P. **Escritos de educação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

_____. **Coisas ditas**. Tradução Cássia R. da Silveira e Denise Moreno Pegorim; revisão técnica Paula Montero. São Paulo: Brasiliense, 2004.

EPAGRI/CEPA. Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina/Centro de Socioeconomia e Planejamento Agrícola. **Síntese Anual da Agricultura de Santa Catarina 2013-2014**. Florianópolis: EPAGRI/CEPA. 2014. Disponível em: <http://www.cepa.epagri.sc.gov.br>. Acesso em 06 jan. 2015.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

FLORIT, L. F.; OLIVEIRA, L. B. FLEURI, R.M.; WARTHA, R. An “European Valley” in South America. Regionalization, colonization and environmental inequalities in Santa Catarina/Brazil. In, Joost Dessein, Elena Battaglini, Lummina Horlings (Eds.). **Cultural Sustainability and Regional Development: Theories and practices of territorialisation**. Routledge, Earthscan. (Aprovado, no prelo, para 2015).

GORZ, André. **Técnica, técnicos e luta de classes**. São Paulo: Martins Fontes, 1996

GRAVA, Diego da Silva. A construção social da pecuária como vocação regional em Santa Catarina. **Dissertação** (Mestrado). Orientador: Luciano Félix Florit – PPGDR: FURB. Blumenau, 2013.

MARX, Karl. **A Assim Chamada Acumulação Primitiva**. In: O capital. São Paulo: Abril Cultural, 1989.

MÉSZÁROS, István. **A Educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2008.

MANFREDI, Silvia. **Educação Profissional no Brasil**. São Paulo: Cortez Editora, 2002.



SEBRAE – Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. **Santa Catarina em Números**: Concórdia. Florianópolis: Sebrae/SC, 2013.

SBARDELATI, Cristiane. Vocação regional e identidade profissional na constru o do território: o caso da consolida o da agroindústria da carne no município de Concórdia-SC. **Disserta o** (Mestrado). Orientador: Luciano F elix Florit – PPGDR: FURB. Blumenau, 2015.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globaliza o – do pensamento único   consciência universal**. São Paulo, Editora Record, 2001.